

Prefácio da edição portuguesa

Num tempo educativo marcado por tantos equívocos e (des)ilusões saudamos a publicação deste livro como uma oportunidade que nos obriga a debater um dos maiores problemas pedagógicos em que nos temos vindo a deixar enredar: o da avaliação escolar.

Oportuno e desafiante, este tema da reflexão, para a qual somos convocados por José Pacheco e Maria de Fátima Pacheco, a partir do legado de práticas que se têm vindo a construir na Escola da Ponte.

Trata-se de uma obra que nos confronta com alguns pressupostos matriciais que orientam as iniciativas dos profissionais que trabalham nessa escola, desvendando alguns dos dispositivos das soluções encontradas por esses mesmos profissionais.

Uma obra que é escrita em jeito de um diálogo que se tece a partir de perguntas, preocupações e comentários que envolvem os autores, os professores e os encarregados de educação da Escola da Ponte, bem como gente exterior a esta escola que, interessada em compreender melhor o que aí acontece, se envolve num processo coletivo de reflexão que neste livro se formaliza.

Esta é uma opção que nos agrada e gratifica porque se constrói através de um formato que induz o diálogo como modo de estar e de pensar a escola e os projetos de formação que aí se pretendem desenvolver. Um formato que potencia a possibilidade desta obra poder

ser entendida como um pretexto para se estabelecerem momentos de interlocução com aqueles que a leem.

Mas este livro, como qualquer outro livro, não dispensa os seus leitores de pensar, ainda que, ao contrário de alguns desses livros, possa ser fonte de inspiração da sua atividade reflexiva sobre o ato de avaliar como um ato subordinado ao desejo de contribuir para a aprendizagem e a formação dos alunos.

Num tempo em que a pergunta que parece predominar é aquela através da qual nos interrogamos: “Como se deve avaliar?”, o que este livro nos mostra é que a resposta a esta questão, ao qual o mesmo não se furta, só poderá ser respondida se antes tivermos enfrentado uma outra: “Porque é que se avalia?”.

Creemos até que uma das virtudes desta obra é, justamente, a de propor uma reflexão onde estas duas questões se cruzam e transfertilizam.

Um outro aspeto para o qual gostaríamos de chamar a atenção tem a ver com a necessidade de compreender que as propostas e as reflexões produzidas não poderão ser dissociadas do Projeto Educativo “Fazer a Ponte”, o qual pode ser consultado no anexo A desta obra, na medida em que a resposta à segunda pergunta, atrás referida, só poderá ser compreendida na sua plenitude se entendermos o que é a Escola da Ponte, quais os princípios que a configuram e regem, como se definem os estatutos e os papéis dos alunos e dos professores, identificados nessa escola como orientadores educativos, qual a organização da Escola ou como se concebe e configura o processo de gestão do trabalho pedagógico que aí se promove.

Os dispositivos de avaliação, os objetos dessa avaliação, os seus objetivos, os critérios ou a utilização dessa informação como componente do processo de formação dos alunos terão de ser abordados

à luz de um projeto que os entende como protagonistas educativos, promovendo tanto a sua autonomia solidária como a sua participação quer na gestão do quotidiano relacional dos espaços de trabalho quer na gestão curricular e pedagógica que aí tem lugar.

A crítica aos testes estandarizados e aos rituais coletivos que fazem parte de um cenário onde o ato de avaliar se caracteriza por identificar os pontos fracos dos alunos terá que ser compreendido em função da recusa de uma conceção de avaliação que continua refém dos pressupostos “lassalianos” que sustentam o modo de ensino simultâneo.

Outros dispositivos como a grelha de objetivos, construída a partir dos programas de estudo em vigor referentes às diversas áreas curriculares, os registos de autoplanificação dos alunos, o registo de disponibilidade ou os planos dos professores não poderão ser vistos como dissociados nem dos registos de autoavaliação, nem das fichas de avaliação formativa, nem do dispositivo designado por “Acho bem, acho mal”, da caixa dos segredos ou, entre outros, do dispositivo “Preciso de ajuda” nem, finalmente, das atividades de cooperação entre pares ou da cooperação com os professores.

É este conjunto de dispositivos e a articulação que se estabelece entre todos eles, bem como a dinâmica pedagógica que através desses dispositivos se anima, que acabam por conferir sentido e significado ao processo de avaliação formadora que tem lugar na Escola da Ponte.

Mais do que uma operação de medida ou de controlo, a avaliação assume-se como uma operação capaz de promover o empoderamento pessoal e social dos alunos, o que, neste caso, significa que se criam as condições para que os alunos se apropriem do património de informações, de instrumentos e de procedimentos culturalmente validados e entendidos como necessários à vida em comum, em fun-

ção do qual se criam as condições para o desenvolvimento de atitudes e competências de natureza cognitiva, relacional e cívica.

Não se trata, por isso, de conceber o desenvolvimento da cidadania, por um lado, e o desenvolvimento cultural, por outro, já que na Escola da Ponte estamos perante objetivos educacionais que, para além de não serem incompatíveis, terão que ser compreendidos em função do modo como se correlacionam e se codefinem entre si e, nesse sentido, o que este livro nos mostra é que a avaliação pode ser concebida e implementada como um contributo para promover um projeto, de natureza inclusiva, cultural e eticamente mais rigoroso e exigente, em vez de continuar a constituir um instrumento de seleção académica que, por isso, se transforma num obstáculo à formação daqueles alunos que sejam identificados como alunos com dificuldades de aprendizagem.

Neste caso, nem a avaliação se circunscreve, apenas, ao desempenho dos alunos nem tão pouco a medir a distância entre o previsto e o realizado. Reafirmamos a importância do livro de José Pacheco e de Maria de Fátima Pacheco para todos os que querem aproveitar esta oportunidade para refletir sobre a avaliação dos alunos do ensino básico, oportunidade proporcionada por este livro quando os autores nos mostram a possibilidade de conceber o ato de avaliar como um ato de pilotagem curricular e pedagógica e porque o fazem sem ficarem circunscritos à reflexão teórica estéril onde tantas vezes se refugiam intenções pedagógicas antagónicas e contraditórias.

Gondomar, setembro de 2016

Ariana Cosme

Rui Trindade